

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

LORHANA AZEVEDO DA SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
PARANÁ: DISCUSSÃO SOBRE A DIMINUIÇÃO DA CARGA
HORÁRIA DAS AULAS**

**IVAIPORÃ
2014**

LORHANA AZEVEDO DA SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
PARANÁ: DISCUSSÃO SOBRE A DIMINUIÇÃO DA CARGA
HORÁRIA DAS AULAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado a Universidade Estadual de Maringá,
Centro de Ciências da Saúde, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciadoem Educação
Física.

Orientador: Prof.Ms. Bruno BarthPinto
Tucunduva

IVAIPORÃ
2014

LORHANA AZEVEDO DA SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
PARANÁ: DISCUSSÃO SOBRE A DIMINUIÇÃO DA CARGA
HORÁRIA DAS AULAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado a Universidade Estadual de Maringá,
Centro de Ciências da Saúde, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em Educação
Física.

Aprovado em ____ / ____ / ____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.Ms. Bruno Barth Pinto Tucunduva
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.Ms. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.Ms. EduardAngeloBendrath
Universidade Estadual de Maringá - UEM

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me incentivando durante todo esse percurso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu forças durante esses anos.

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado e não me deixaram faltar nada, a quem eu agradeço muito pelo apoio

À professora Renata Teixeira, pela orientação que permitiu a construção deste estudo.

Ao professor Bruno Tucunduva pela oportunidade de orientação, pela atenção e dedicação nos meses finais.

À professora Paula Marçal e ao professor Eduard Bendrath por participarem da minha banca contribuindo com este trabalho.

A todos meus amigos e amigas, os quais não preciso citar nomes, que me ajudaram de forma direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Àqueles que acreditaram em mim! Muito Obrigada!

A menos que modifiquemos nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.

Albert Einstein

SILVA, Lorhana Azevedo. **Educação Física nas Escolas Públicas do Estado do Paraná: discussão sobre a diminuição da carga horária das aulas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir a redução da carga horária do componente curricular Educação Física da nova matriz curricular unificada das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Buscamos fazer uma análise crítica em relação à instrução 020/2012 que delibera sobre a nova matriz curricular, contextualizando-a a partir das políticas educacionais e artigos científicos contemporâneos sobre a Educação Física. Para tanto realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo revisão bibliográfica que incluiu documentos de fontes secundárias. Considerando a Educação Física enquanto prática pedagógica, essa pesquisa visa debater o seu reconhecimento no meio escolar e a sua legitimidade como disciplina essencial para o desenvolvimento integral do ser humano. O que pudemos observar através deste estudo foi uma grande falta de reconhecimento da importância desta para a formação do indivíduo, nos mostrando as disputas ainda presentes para a legitimação da Educação Física no meio escolar.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Políticas Educacionais. Carga Horária

SILVA, Lorhana Azevedo. **Physical Education in the Public Schools of the State of Paraná: discussion about reducing the workload of classes.** Completion of course work (undergraduate Physical Education) - University of Maringá - UEM, 2014.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the reduction of the workload of Physical Education curriculum component of the new unified curriculum of Paraná State Public Schools. We seek to make a critical analysis regarding the instruction 020/2012 acting on the new curriculum, contextualizing it from contemporary educational policies and scientific articles on both Física. Para Education conducted a qualitative study of type literature review that included documents secondary sources. Considering the Physical Education as a teaching practice, this research aims to discuss their recognition at school and their legitimacy as an essential discipline for integral human development. What we have seen through this study was a lack of recognition of the importance of training for the individual, showing the disputes still present for the legitimation of physical education in schools.

Keywords: School Physical Education. Educational Policy. Hours

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	09
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA	12
2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:CONCEITOS E SIGNIFICADOS	16
2.3 POLÍTICA EDUCACIONAL, NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS.....	17
3.METODOLOGIA	21
3.1 TIPO DE ESTUDO	21
3.2 FONTES DE DADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	22
3.3 ANÁLISE E PROCESSAMENTO DE DADOS	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1NOVA MATRIZ CURRICULAR E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	23
4.2 AS DISPUTAS PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	24
4.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSEJO DE MUDANÇA	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física se tornou obrigatória na escola a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, e componente curricular com a diretrizes de 1996, entretanto sua legalização não garantiu sua legitimação o que está implícito na própria LDB de 1996 que a torna facultativa para os cursos noturnos e na sua alteração pela lei nº 10. 793 de 1º de dezembro de 2003 que a torna facultativa em casos especiais (BRASIL, 1961; BRASIL, 1996).

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole (BRASIL, 1996).

Mesmo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná apontam os seguintes problemas que interferem na legitimação da Educação Física enquanto disciplina escolar:

- A persistência do dualismo corpo-mente como base científico-teórica da Educação Física que mantém a cisão teoria-prática e dá origem a um aparelho conceitual desprovido de conteúdo real, dentre eles o conceito a-histórico de esporte e das suas classificações;
- A banalização do conhecimento da cultura corporal, pela repetição mecânica de técnicas esvaziadas da valorização subjetiva que deu origem a sua criação;
- A restrição do conhecimento oferecido aos alunos, obstáculo para que modalidades esportivas, especialmente as que mais atraem às crianças e jovens, possam ser apreendidas na escola, por todos, independentemente de condições físicas, de etnia, sexo ou condição social;
- A utilização de testes e medidas padronizadas, não como forma de acesso aos conhecimentos oriundos do esporte de rendimento, mas com objetivos exclusivos de aferir o nível das habilidades físicas, ou como instrumentos de avaliação do desempenho instrucional dos alunos nas aulas de Educação Física;
- A adoção da teoria da pirâmide esportiva como teoria educacional;
- A falta de uma reflexão aprofundada sobre o desenvolvimento da aptidão física e sua contradição com a reflexão sobre a Cultura Corporal; (PARANÁ, 2008, p.49-50).

Entretanto esta disciplina assume, em parte, a partir da década de 90 a discussão da cultura corporal apresentada por Soares et al. (1992), de suma importância para a formação integral dos alunos, pois ensina por meio do movimento humano a pensar e a agir, assim como a compreender que todos têm papel atuante

na sociedade por meio de suas ações. Sobre a Educação Física e seu conteúdo Soares nos diz:

[...] a Educação Física na escola é um espaço de aprendizagem e, portanto, de ensino. E o que ela ensina? Historicamente a Educação Física ocidental moderna tem ensinado O JOGO, A GINÁSTICA, AS LUTAS, A DANÇA, OS ESPORTES. Poderíamos afirmar então que estes são conteúdos clássicos. Permaneceram através do tempo transformando inúmeros de seus aspectos para se afirmar como elementos da cultura, como linguagem singular do homem no tempo. As atividades físicas tematizadas pela educação Física se afirmaram como linguagens e comunicaram sempre sentidos e significados da passagem do homem pelo mundo. Constituem assim um acervo, um patrimônio que deve ser tratado pela escola (SOARES et al., 1996, p. 11).

Contudo, a Educação Física como disciplina escolar vem sofrendo os impasses de incompreensão. Até o final do ano de 2012 as aulas de Educação Física nas escolas públicas do Estado do Paraná eram de 3 horas/aula para o Ensino Fundamental II e 2 horas/aula para o Ensino Médio, com esta configuração do currículo ocorrendo a partir da LDB de 1996. É aprovada então no final do ano de 2012, pelo governo do Estado do Paraná a instrução nº 020/2012 da Secretaria de Estado da Educação - SEED que delibera sobre a redução da carga horária semanal das aulas de Educação Física, para 2 horas/aula no Ensino Fundamental e Médio.

A partir disso surgiram-nos inquietações em relação aos roteiros que justificam esta deliberação, os seus possíveis reflexos no contexto escolar e a expressão da Educação Física nas escolas públicas do Estado do Paraná. Uma das primeiras contradições que identificamos é que as próprias Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná propõem que uma Educação Física de qualidade depende dos espaços e do tempo destinado a essa disciplina (PARANÁ, 2008, p.51).

Diante do exposto tivemos a seguinte pergunta de partida para esta investigação: por que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) optou pela redução da carga horária da Educação Física nas escolas públicas do Estado do Paraná? Com a intenção de dar resposta a esta pergunta pretendeu-se como objetivo geral da pesquisa discutir os motivos que ocasionaram a redução da carga horária do componente curricular Educação Física. Para tal tivemos como objetivos específicos analisar a instrução 020/2012 que delibera sobre a nova matriz curricular unificada, e contextualizá-la a partir das políticas educacionais e artigos científicos contemporâneos sobre a Educação Física.

Este estudo se faz importante, pois ao considerar a Educação Física enquanto prática pedagógica, que proporciona a reflexão sobre as questões sócio-políticas, que possibilita ao aluno entender a realidade social criticamente, interpretando-a e explicando-a a partir dos seus interesses de classe social (SOARES et al., 1992), vem auxiliar na busca por sua legitimação no ambiente escolar e seu reconhecimento como disciplina essencial ao desenvolvimento integral do ser humano, contribuindo para a educação e formação de uma sociedade mais igualitária.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

Para entendermos o processo que consolidou a Educação Física como disciplina escolar no Brasil, devemos entender como a atividade física se aproximou da escola, e seu modo de ensino. Como afirma Soares et al. (1992), toda prática pedagógica surge das necessidades concretas da sociedade, e sendo a Educação Física uma prática pedagógica ela surge na escola para atender as necessidades sociais pertencentes a certos momentos históricos, assim sendo ela vem sendo moldada para atender essas necessidades por meio de tendências (SOARES et al., 1992).

Conforme Guiraldelli Júnior (1991), podemos identificar cinco tendências da Educação Física brasileira: a Educação Física Higienista (final do século XIX até 1930); a Educação Física Militarista (1930 a 1945); a Educação Física Pedagogicista (1945 a 1964); a Educação Física Competitivista (1964 a 1985); e a Popular a partir de 1980. Entretanto, como diz o autor, devemos entender que as tendências se sobrepõem ao longo do tempo e as classificações não são arbitrárias.

Iniciemos então com a primeira tendência, a Educação Física Higienista. Com o crescimento da área urbana no Brasil e o crescimento do capitalismo, surge a necessidade de formação de homens fortes, ágeis, e empreendedores, o corpo era a melhor e a única mercadoria que o trabalhador tinha para oferecer, assim o exercício era visto como receita e remédio, acreditava-se que assim poderia se ter o corpo saudável, ágil e disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista. Nesta concepção a Educação Física assume um papel de destaque devido ao seu caráter fortemente biológico, o médico higienista exerce uma postura de autoridade pelo conhecimento que tem adquirido, sobre a ciência, vista como uma nova religião na época (SOARES et al., 1992). Nesta concepção a saúde está em primeiro plano, cabendo a Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991). E assim ela chega às escolas, com os higienistas vendo nelas “um campo privilegiado de atuação, pois ali se encontravam as futuras gerações, que bem educadas e

saudáveis poderiam transformar e fortalecer a nação” (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1046).

Sendo assim, práticas pedagógicas como a educação Física foram pensadas e postas em ação, uma vez que correspondiam aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade (SOARES et al., 1992, p.35).

A segunda concepção denominada militarista surge com o Governo de Getúlio Vargas, que na clara intenção de crescimento industrial, a educação passa a se tornar arma essencial na formação de pessoas fortes, sadias, disciplinadas e patriotas, prontas a servir o país a qualquer hora (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1046). Neste contexto a Educação Física assume o objetivo de obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra, sendo suficientemente rígida para “elevantar a Nação” à condição de “servidora e defensora da Pátria” (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 18).

Percebemos que a partir da década de 30, a Educação Física, passa a ser considerada uma disciplina de suma importância dentro do ciclo escolar. Em função disto foi se tornando cada vez mais importante o processo de formação de pessoas que pudessem instruir os soldados, os alunos e a sociedade em geral (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1050).

Neste período as aulas de Educação Física passaram a serem ministradas por militares, substituindo os médicos higienistas, entretanto não há uma separação explícita entre as duas concepções, mas sim um elo, onde os militares incorporaram os princípios higienistas explorando mais o aspecto eugenista (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1051).

As aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exército, que traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia. Esse fato é a base da construção da identidade pedagógica da Educação Física Escolar, calcada nas normas e valores próprios da instituição militar. Constrói-se nesse sentido, um projeto de homem disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social (SOARES et al., 1992, p. 36).

Após a 2ª guerra mundial surgem questionamentos sobre o caráter pedagógico da Educação Física, entre em cena a educação Física Pedagógica.

A Educação Física Pedagógica é, pois, a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. E, mais que isto, ela vai advogar a “educação do movimento” como a única forma capaz de promover a chamada “educação integral” (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 18).

Na Educação Física Pedagogicista se tem a valorização do professor, da educação física como algo bom e útil para a sociedade, tem-se a preocupação com o aluno, com a juventude que frequenta a escola, acredita-se que os conteúdos ensinados são meios para se educar um sujeito saudável, cidadão e democrático (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 18).

No período pós guerra o esporte tem grande desenvolvimento e começa a exercer grande influência no sistema escolar, tanto que não há o esporte da escola, mas sim o esporte na escola, sendo este um prolongamento do esporte de alto nível, caracterizando o aluno como atleta, o professor como técnico e a escola como fábrica de talentos esportivos (SOARES et al., 1992). A Educação Física neste período é tida como Educação Física Competitiva ou tecnicista.

Como a Educação Física Militarista, a Educação Física Competitivista também está a serviço de uma hierarquização e elitização social. Seu objetivo fundamental é a caracterização da competição e da superação individual como, valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 20).

A Educação Física competitivista, estando a serviço da classe dominante, utiliza do esporte como meio alienador da população, desviando sua atenção dos problemas políticos, econômicos e sociais (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1055; GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p.20).

A Educação Física tecnicista, que buscava através da escolarização de inúmeras atividades esportivas, provindas de outras culturas e tratadas de forma parcial, formar indivíduos sem as mínimas condições de entender e argumentar sobre o sistema social, político e econômico que lhes era imposto (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1054).

E a última concepção de acordo com Guiraldelli Júnior (1991), a Educação Física Popular feita por todos e destinada às classes operárias.

A Educação Física Popular não está preocupada com a saúde pública, pois entende que tal questão não pode ser discutida independentemente do levantamento da problemática forjada pela atual organização econômico-social e política do país. A Educação Física Popular também não se pretende disciplinadora de homens e muito menos está voltada para o incentivo da busca de medalhas. Ela é, antes de tudo, ludicidade e cooperação, e aí o desporto, a dança, a ginástica etc. assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores. E, mais que isso, a Educação Física serve então aos interesses daquilo que os trabalhadores historicamente vêm chamando de "solidariedade operária" (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p.21).

Em meio a essas tendências a Educação Física se consolidou na escola marcando seu lugar como componente curricular obrigatório, isso se deu quando a concepção pedagogicista entrava em discussão, 1945-1964, defendendo uma

educação física formadora da moral e do caráter do homem brasileiro, este período é marcado por um crescimento econômico e uma necessidade de se adequar o sistema de ensino a expansão das indústrias, assim é elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), Lei nº 4024/61, onde torna a Educação Física disciplina obrigatória nos cursos primário e médio (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1052; BRASIL, 1961).

Com a conquista de dois títulos olímpicos, 1958 e 1962, o esporte ganha destaque na Educação Física brasileira, este procura na ludicidade dos jogos proporcionar aptidões, prazer e alegrias para os jovens, e mais ainda é utilizado pelos políticos para ressaltar o civismo, surge então em 1971 a nova LDB, Lei nº 5.692/71, que torna a educação física obrigatória não só para o ensino primário e médio, mas para todas as séries (VINOTTI, 2011, p. 28 e 29).

Art. 7º. Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos aos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 (BRASIL, 1971).

No mesmo ano é aprovado o decreto 69450/71, onde a Educação Física é tida como fundamental para a conquista das finalidades da educação sendo desportiva e recreativa.

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino (BRASIL, 1971).

Então a partir da década de 80 a Educação Física entra em crise perdendo sua importância na escola, o esporte deixa seu lugar de destaque, ficando a cargo da iniciativa privada, a escola se torna um ambiente precário com diversos problemas de estrutura, e a legitimidade da Educação Física é questionada, pois não se sabe ao certo a qual demanda da sociedade atende (VINOTTI, 2011, p. 31; CARVALHO, 2012, p. 16).

Em meio a essa crise surgem amplos debates em torno da Educação Física onde surgiram concepções progressistas (Aulas Abertas; Promoção da Saúde; Construtivista; Crítico Emancipatória; Desenvolvimentista; Plural; Humanista; Psicomotricista; Sistêmica) uma delas a concepção Crítico Superadora. Para Albuquerque e Corrêa (2006), essa corrente vê o homem não só pelo aspecto

biológico, mas também pelo social, político, histórico e cultural, esta corrente defendida por Soares et al. (1992), busca entender o contexto, o todo do processo que envolve a Educação Física e a educação do homem.

Dentro desta proposta encontra-se um posicionamento contrário à instrução física disciplinadora, ao reducionismo biológico e ao incentivo dado pela mídia ao esporte espetáculo; a educação física desde modo deve levar os indivíduos a interpretar e transformar a realidade social em que estão inseridos. Esta perspectiva também procura deixar bem claro que a educação física, ao longo da sua história, foi sustentada pela filosofia liberal burguesa e a sua produção científica esteve sempre ancorada ao modo positivo de produzir conhecimento (ALBUQUERQUE; CORRÊA, 2006, p. 1058).

São esses debates, as novas concepções e a nova forma de se ver o processo de ensino surgido a partir dessas reflexões que garantiram a Educação Física seu lugar na educação brasileira.

2.2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONCEITOS E SIGNIFICADOS

Após a compreensão do contexto histórico da educação física e como ela se consolidou na escola, sendo garantida pelas leis, procuremos entender agora o que é a Educação Física, e como ela é vista a partir de seu conceito de cultura corporal.

Primeiramente torna-se necessário entendermos aqui que o termo cultura, presente neste conceito, diz respeito ao conceito antropológico de cultura, onde ela se caracteriza como “este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (EDWARD TYLOR, 1871 apud LARAIA, 2001, p. 25). Ou seja, cultura corporal, diz respeito a tudo que foi construído pelo homem por meio do seu corpo, para Soares et al. (1992, p. 50) a Educação Física é:

[...] uma prática pedagógica que no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram um área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.

A aprendizagem desse conteúdo visa a utilização da expressão corporal como forma de linguagem, o homem se apropria da cultura corporal, e esta possui um sentido social, mas também um sentido particular para esse homem que os relaciona, assim esses temas tratados na escola expressam um sentido significado que se interpenetram, dialeticamente, a intenção e objetivo do homem com as intenções e objetivos da sociedade. Assim a Educação Física possibilita reflexões

acerca dos grandes problemas sócio-políticos proporcionando ao aluno uma leitura crítica da realidade e a possibilidade de mudanças sociais (SOARES et al., 1992).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) entendem que as manifestações culturais produzidas pelo homem que devem fazer parte dos conteúdos da Educação Física são jogo, esporte, luta, dança e ginástica, dizem ainda que estes conteúdos devam ser trabalhados de forma ampla indo além da aptidão física, considerando as dimensões cultural, social, política e afetiva, tratando do ser humano como um todo.

Portanto, entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p. 29).

Assim é por meio desses conteúdos historicamente produzidos, que a Educação Física tem por objetivo educar alunos desenvolvidos integralmente, em todas suas dimensões cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social, tomando o cuidado para não transformar seu conteúdo em um fim em si mesmo, tendo bem claro sua meta na escola (BRASIL, 1998). Entendendo a Educação Física como disciplina escolar, devemos compreender como são elaboradas as políticas educacionais e seus possíveis impactos.

2.3 POLÍTICA EDUCACIONAL, NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS

De acordo com Giron (2008) o ser humano é capaz de se organizar na sociedade assumindo posições políticas, ou seja, a política nasce quando os homens começam a se organizar socialmente. A partir daí aparecem diferentes posições políticas nas quais revelam como são as pessoas ou como elas entendem o mundo. Entretanto quando nos referimos às políticas públicas, estas são formadas por estruturas de poder e dominação:

As políticas públicas foram e são implementadas, reformuladas ou desativadas de acordo com as diferentes formas, funções e opções ideológicas assumidas pelos dirigentes do Estado, nos diferentes tempos históricos. Com relação à proposição de políticas educacionais, isso não é diferente. (p.18)

Quando nos referimos às políticas educacionais, segundo Ozga (2000, apud Giron, 2008) estas são utilizadas pelo governo com objetivo de melhorar a produtividade econômica assim como treinamento de mão de obra utilizando também mecanismos de escolha e seleção para oportunidades de trabalho.

Dessa forma falar em política educacional implica considerar que ‘a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...] ao referencial normativo global de uma política (p.18)

Ou seja, as políticas educacionais são implantadas considerando o modelo de Estado tal como o momento histórico. Considerando que o cenário brasileiro se constitui em políticas neoliberais a qual segundo Moraes (2002) se constitui da ampliação das relações mercantis prevendo a privatização, ou seja, a supremacia do mercado como matriz de riqueza, tendo a intervenção pública como indevida. Sendo assim procura ‘transferir a agentes privados (empresas) a propriedade e gestão de entes públicos’:

“Pode-se delegar a gestão, sem necessariamente transferir a propriedade. Pode-se ainda manter na esfera estatal a gestão e a propriedade mas providenciando reformas que façam funcionar os agentes públicos ‘como se’ estivessem no mercado, modelando o espaço público pelos padrões do privado” (p.20)

Segundo Giron (2008), com a diminuição das funções do Estado, as demandas são repassadas para as esferas do mercado, o que resultam em que somente aqueles com melhor condição financeira terão acesso aos serviços privados, reduzindo o indivíduo a um mero consumidor. De acordo com o mesmo autor este cenário relacionado à educação resulta em alguns papéis estratégicos:

- Preparar o indivíduo para adaptar-se ao mercado de trabalho (...)
 - Fazer da escola um meio de transmissão da ideologia dominante
 - Incentivar o funcionamento da escola de forma semelhante ao mercado
- (GIRON, 2008, p.19).

Sendo assim, a educação é uma atividade que irá qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho competitivo, onde somente os melhores conseguiriam ter uma oportunidade de emprego, transformando assim a educação em mercadoria. O maior problema é que esse contexto legitima a desigualdade, destrói a cooperação e solidariedade entre as pessoas, fazendo acirrar cada vez mais a disputa e competição. (GIRON, 2008)

Segundo Giron (2008, p.21) isso resulta na necessidade de alterar o currículo adequando às exigências do mercado. “A homogeneização dos conteúdos, a

utilização de uma prática pedagógica voltada para o ‘saber fazer’ e a implementação de uma política de avaliação nacional”. Essas são ações que visam garantir a proposta educativa neoliberal.

Um ponto que influencia o neoliberalismo é a globalização , que segundo Scocuglia (2008 p.39) vem interferindo na cultura e educação. Esta defende que o ‘desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de estado e de sociedade’. (SCOCUGLIA, 2008)

Segundo o mesmo autor, a globalização assume relações econômicas, políticas e culturais na quais defendem a idéia de uma matriz mundial padronizada, tornando a educação um assunto totalmente político e moldado e pelas políticas educacionais. (SCOCUGLIA, 2008)

Isso fica claro no cenário brasileiro das políticas educacionais quando da adoção de diretrizes como a intensificação das políticas de avaliação e criação de um sistema de avaliação de desempenho para avaliar a qualidade de ensino. Sendo assim, o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - é tido como elemento central de maior expressão na qualidade educacional. Este é calculado em avaliações bienais pelos ‘resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar indicado pelo censo educacional’, o qual se constitui de uma meta a ser obtida pelos sistemas de ensino(WERLE, 2011 p. 787).

O princípio que orienta o Ideb é de que a qualidade de educação pressupõe que os alunos aprendam e sejam aprovados (...) o fato é que o Ideb tornou-se o indicador de maior impacto na qualidade da educação básica por traduzir, simbolicamente, o quanto as unidades escolares, o município e o estado e o país avançaram em suas metas educacionais (NARDI, 2012 p.234).

Porém como este modelo imposto pelo neoliberalismo, o sistema de avaliação vem sendo focado em apenas dois componentes que são Português e Matemática (NARDI, 2012) tornando-se estas disciplinas estratégicas, porém outras se tornam descartáveis, tal como a Educação Física, que com o atual mundo de trabalho vem sendo colocada em plano secundário no projeto pedagógico (GIRON, 2008). Além disso esse sistema de avaliação leva em conta apenas indicadores quantitativos (aprovação e desempenho):

Temos que estes dois indicadores, embora tangenciem a almejada qualidade, não levam em conta as múltiplas dimensões (intra e extraescolares) consubstanciadas na idéia de qualidade social. Trata, portanto, de uma qualidade com centralidade nos meios (insumos) e cuja avaliação, embora necessária, é insuficiente porquanto efetuada preponderantemente por agentes externos às escolas(NARDI, 2012 p. 234).

Entretanto é a partir deste índice que gestores propõem políticas visando o alcance de melhores resultados educacionais, que é o que será tratado neste trabalho.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Foi realizada uma pesquisa qualitativa que segundo Demo (2009) deve seguir três passos para sua concretização, primeiro contextualização sócio-histórica do tema, em seguida análise formal e por último interpretação dos dados.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.[. . .] A pesquisa Qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais(SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Na pesquisa qualitativa o pesquisador deve se ater as características da pesquisa, deve descrever, compreender e explicar o fenômeno estudado, atendo-se para as relações sociais e naturais do fenômeno, interligando objetivos, teoria e dados na busca dos resultados mais fidedignos possíveis. Por ser uma pesquisa onde os resultados são obtidos por meio da análise e interpretação do pesquisador este não deve se deixar levar pelo excesso de confiança na coleta de dados dando por encerrada toda discussão que possa ser realizada em torno do objeto de estudo (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

A pesquisa foi do tipo Revisão Bibliográfica, na qual segundo Gil (2010):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado na internet (GIL, 2010 p. 29).

Segundo Andrade (2010) para uma Pesquisa Bibliográfica todos documentos constituem-se em fontes primárias e secundárias. Para a autora as fontes primárias se referem a obras ou textos originais, ou seja, documentos que ainda não foram analisados e interpretados. Já as fontes secundárias se referem às fontes primárias, porém já passaram por uma análise e interpretação.

3.2 FONTE DE DADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi relacionada ao tema 'Redução da carga horária da Educação Física no Estado do Paraná'. As bases de dados utilizadas foram Periódicos Capes, Google Acadêmico e Scielo pelo método Booleano e com data igual ou superior a 2013. Utilizamos como palavras-chave: educação física; ensino fundamental; carga horária; Paraná.

Primeiramente os periódicos foram selecionados por título de acordo com a temática supracitada, em seguida resumo para enfim seleção do material. Porém relacionado ao Periódico Capes encontramos 8 artigos nos quais nenhum deles se relacionava especificadamente com o tema proposto. No Google Acadêmico encontramos 1050 artigos, porém nenhum deles se relacionou. E por fim no Scielo a busca também resultou em nenhum periódico relacionado ao tema proposto.

Tendo em vista que não encontramos periódicos relacionados ao tema supracitado, partimos para a interpretação da instrução 020/2012 (anexo I) e demais entrevistas selecionadas a partir de publicações disponibilizadas nos web sites oficiais do governo, sendo estas fontes secundárias, que constam depoimentos dos gestores da Secretaria de Estado da Educação – SEED envolvidos no processo.

3.3 ANÁLISE E PROCESSAMENTO DE DADOS

Para se alcançar os objetivos da pesquisa fizemos uma análise crítica sobre a Instrução 020/2012. Para isso buscamos contextualizá-la a partir das políticas educacionais e artigos sobre a Educação Física na contemporaneidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 NOVA MATRIZ CURRICULAR E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ao final de 2012 foi aprovada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) a instrução 020/2012 que delibera sobre a nova matriz curricular unificada para o Ensino Fundamental e Médio. Esta entra em vigor a partir do começo do ano de 2013. De acordo com o Secretário de Educação Flávio Arns, o debate sobre essa alteração nas escolas públicas e estaduais havia começado em 2011 através de conversas, semanas pedagógicas e web conferências (JUNIOR, 2012).

De acordo com Junior (2012) o objetivo dessa mudança foi de ampliar a carga horária de Português e Matemática, mas para isso disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física tiveram sua carga horária reduzida. No caso da Educação Física, a disciplina teve sua carga horária reduzida de 3 horas\aula por semana para 2 horas\aula por semana, como podemos ver na instrução 020/2012. Um dos principais motivos para tais alterações foi a baixa média dos alunos do Paraná no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (PELEGRINO, 2012).

Como já visto anteriormente, o Ideb é calculado de dois em dois anos de acordo com os resultados da Prova Brasil – que avalia leitura e resoluções de problemas – e resultados obtidos pelo censo educacional (fluxo escolar dos alunos) (WERLE, 2011). O princípio que define este sistema de avaliação é que a qualidade de educação depende dos alunos aprenderem e serem aprovados, tornando-se este indicador o de maior importância na qualidade da educação básica (NARDI, 2012).

O resultado final do Ideb combina fatores quantitativos de aprovação de desempenho concorrenciais. Ou seja, de acordo com Nardi (2012), políticas e planejamentos educacionais para garantir um referencial de qualidade, são formulados através de informações quantitativas, não levando em conta as dimensões intra e extraescolares, centrando-se apenas nos meios tornando-se uma avaliação insuficiente.

Segundo Nardin (2012) as metas educacionais estão transformando a qualidade em uma variante quantificável. Porém é através desse índice que gestores

propõem políticas visando melhores resultados educacionais, que é o que aconteceu para a implantação dessa nova matriz curricular. A respeito deste cenário, Correia (2012) ressalta que as mudanças políticas e partidárias, são realizadas por grupos representativos, sempre de acordo com suas 'preferências' pedagógicas, os quais ignoram a realidade, ou seja, a complexidade e as múltiplas demandas do cotidiano escolar e da formação humana integral.

Sendo assim podemos observar com este sistema de avaliação que visa 'melhoria na educação', traços típicos de uma política neoliberal que tendem a preparar os alunos para o mercado de trabalho, com ênfase na leitura e resolução de problemas, não levando em conta as múltiplas demandas do currículo escolar. Sendo assim, segundo Giron (2008 p.20) a educação passa a ser "uma atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente para o mercado de trabalho".

Portanto de acordo com a política educacional neoliberal, esta encontra a necessidade de adequar o currículo às exigências do mercado, adotando práticas pedagógicas simplificadas e pragmatismo dos conteúdos visando a formação de mão de obra barata, onde "o currículo deve apenas informar e não formar a massa" (GIRON, 2008).

Sendo assim para esse modelo de qualificação, Português e Matemática se tornam disciplinas estratégicas – onde aprender a ler, escrever e ter uma capacidade de raciocínio ocupam lugar de destaque (CANDEIAS, 1995 apud GIRON 2008) - enquanto que disciplinas como a Educação Física parecem ser complementares e até mesmo descartáveis, ao ponto de terem sua carga horária reduzida.

Este cenário demonstra o descaso e o baixo 'status' atribuído a disciplina de Educação Física, sendo colocada em inferioridade e desvalorização. Porém, embora estas também sejam fundamentais na formação dos alunos, deve ser levado em conta todas as disciplinas que compõem o currículo escolar e a importância de cada uma na matriz curricular.

4.2 AS DISPUTAS PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O que podemos notar é que a Educação Física não tem tido o reconhecimento de sua importância, não atingindo assim o mesmo 'status' das

outras disciplinas. Vemos essa ideia de inferioridade reforçada em estudo realizado por Antunes e Macedo (1999, p.14) na fala de um professor, que relata:

A Educação Física sempre foi uma área discriminada; nosso trabalho nunca atingiu plenamente seus objetivos primordiais (...). Nas escolas onde trabalhei e trabalho até hoje, a Educação Física se tornou mero lazer (ou aula vaga) onde o aluno vai pra quadra bater uma bola.

Para Oliveira et al. (2007), embora nós professores de Educação Física saibamos valorizar nossa profissão, temos consciência que essa disciplina é vista como uma simples execução de movimentos esportivos, no 'rola bola' ou apenas como um momento de recreação. Basta observarmos o estudo realizado por Carvalho (2006, p. 4), onde através da fala de uma professora entrevistada de outra disciplina, podemos constatar a discriminação sofrida pela Educação Física:

O que eu vejo comumente... eu não to sempre perto, mas o que eu vejo é muita brincadeira. Os meninos adoram, mas é só brincadeira... entretenimento puro, diversão. Assim posso falar que é a educação física e o recreio.

Parece-nos que a visão que se tem da disciplina, é que esta é uma atividade auxiliar das outras disciplinas, como se fosse um momento de distração para compensar o esforço intelectual em sala de aula, o que nos leva a perceber que há uma dificuldade de perceber a importância dessa disciplina como um momento sistematizado e com objetivos próprios para a educação dos alunos (BRACHT; MCHADO; FARIA, 2012). Um exemplo claro que vemos nas escolas, é o fato de que em relação a todas as comemorações que acontecem nas escolas (festas, ensaio de fanfarras, festivais) estas ficam sobre a responsabilidade do professor de Educação Física, como se fosse uma disciplina vazia de conteúdo (ANTUNES; MACEDO, 1999).

A própria Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná ressalta:

A Educação Física é parte do projeto geral de escolarização e, como tal, deve estar articulada ao projeto político-pedagógico, pois tem seu objeto de estudo e ensino próprios, e trata de conhecimentos relevantes à escola. Considerando o exposto, defende-se que as aulas de Educação Física não são apêndices das demais disciplinas e atividades escolares, nem um momento subordinado e compensatório para as "durezas" das aulas em sala (PARANÁ, 2008 p.50).

Ainda que reconheçamos que a Educação Física Escolar sofre estigmas, sempre há alguns professores que realmente não estão preocupados em valorizar nossa área, porém não podemos ser criticados genericamente. Não se pode afirmar que as políticas públicas sejam diretamente responsáveis pela discriminação da disciplina, mas se pode dizer que elas "são carregadas de ideologias discriminantes

facilmente reveladas na ação concreta, quando de suas implementações” (BELTRAMI, 2000, p.153).

Podemos observar também um desencontro em relação aos objetivos do governo, pois é reduzido o tempo de atividade física escolar, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Esportes investe no projeto Obesidade Zero. Vejamos trecho retirado do abaixo assinado do site Petição Pública (2013):

Em um momento em que o mundo se preocupa com a saúde, com a epidemia de obesidade e sedentarismo que afeta nossas crianças e adolescentes, é inadmissível a diminuição da carga horária de aulas de Educação Física no Ensino Fundamental. A Educação Física é a única disciplina que atua de forma prática na prevenção e manutenção da saúde. (...) Estranhamente, diminuem-se as aulas de Educação Física em vez de propor um aumento destas.

É comum vermos pessoas que ao saírem da escola, nunca mais praticam atividade física regularmente. Logo reconhecemos que um dos papéis da Educação Física Escolar é fazer com que o aluno perceba que a prática corporal faz parte de sua vida, orientando a formação de valores para uma vida adulta ativa e saudável(ETCHEPARE; PEREIRA; TEIXEIRA, 2005).

A educação física como parte do currículo, é um importante instrumento para que a escola concretize seus objetivos, pois inclui aspectos físicos, psicológicos, sociais e afetivos, no qual poderão contribuir para que as pessoas se desenvolvam harmonicamente e enfrente os desafios da sociedade (ETCHEPARE; PEREIRA; TEIXEIRA, 2005).

Nesse sentido, a educação física tem um papel essencial na formação integral do indivíduo:

(...) a Educação Física é considerada como imprescindível ao ser humano; importante para a melhoria da qualidade de vida; sinônimo de saúde e útil para uma sociedade mais eficiente e produtiva; promotora do trabalho coletivo e do respeito às regras de convivência (ANTUNES; MACEDO, 1999, p. 7).

4.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSEJO DE MUDANÇA

O que podemos perceber é que a falta de reconhecimento da contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do educando é composta por diversos fatores, e a torna progressivamente desvalorizada.

Essa desvalorização transforma-se numa forma de desrespeito da estima social da disciplina e dos professores. Essas formas de desrespeito baseadas na

ideia de inferioridade frente às outras disciplinas fazem com que os professores se sintam rebaixados, com menos valor na escola, o que os motivam a lutar por reconhecimento (BRACHT; MACHADO; FARIA, 2012).

Para Beltrami (2000) o que mais impressiona é como a educação física precisa sempre ser justificada à população escolar: “Educação Física para restituir energia é como cesta básica para o corpo: só se oferece o mínimo necessário”.

Com isso, torna-se necessário um olhar crítico sobre a realidade da disciplina. Para Medina (2010, p.38) a Educação Física precisa entrar em crise urgentemente, questionando seus valores. ‘É preciso, sobretudo, discordar, mas dentro é claro, das regras construtivas de diálogo’.

A crise é um momento decisivo, na qual traz à tona o que perturba um grupo. É através dela que lutamos por decisões e providências sábias e rápidas (MEDINA, 2010, p. 23):

Parece estranho acreditar que uma crise possa fornecer algum tipo de auxílio no desenvolvimento de um área qualquer de atuação, em uma sociedade como a nossa, já tão cheio delas. Mas é exatamente disso que a nossa cultura e educação física parecem estar precisando, caso pretendam evoluir.

Sendo assim, se torna necessária a determinação para que ocorra alguma mudança no quadro atual que diz respeito a diminuição da carga horária de Educação Física nas escolas, pois como diz Medina (2010, p.26): ‘Um governo não se torna diferente ou aperfeiçoa senão por pressões dinâmicas e complexas’.

Não podemos ficar alheios às situações que nos envolvem e nos afetam. Precisamos assumir posições, fundamentá-las criticamente e defendê-las.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da carga horária do componente curricular Educação Física para aumentar as aulas das disciplinas de Português e Matemática demonstra um grande descaso e falta de reconhecimento da importância desta para a formação do indivíduo. Essa situação nos mostra a realidade e as disputas ainda presentes na legitimação da Educação Física no meio escolar, mesmo que essa já tenha um amplo posicionamento em relação aos seus valores e sua importância para a formação e educação do ser humano.

Como podemos observar, as políticas educacionais são propostas a partir da avaliação de índices quantitativos. Estas visam o novo modelo de trabalho neoliberal, onde algumas disciplinas se tornam estratégicas e outras descartáveis, que é o caso da Educação Física.

Um dos motivos pelo qual ocorre a desvalorização da Educação Física escolar pode ser o fato de ela ser vista por muitos como 'recreio'. Infelizmente isso pode ocorrer pela própria postura de muitos professores, os quais não valorizam sua profissão, se 'acomodam', ou mesmo desmotivados com a realidade da Educação Física escolar, deixam a 'aula livre', o que causa esta visão. Embora isso seja visto como um 'senso comum', é algo errado de pensar. Não podemos ser criticados genericamente, pois existem muitos profissionais competentes e dedicados à profissão.

Portanto deve-se atribuir à Educação Física o mesmo valor dado às outras disciplinas. Para isso acreditamos que cabe aos profissionais da área tentar mudar o injusto que os afeta, visando melhorias na prática docente, pois como sugere Antunes e Macedo (1999, p. 15), precisamos "tirá-la da marginalidade a qual tem sido condenada (...) valorá-la a partir de ações próprias e locais, influenciando no global".

De acordo com Giron (2008 p.25), é necessário que tente superar esse modelo imposto pela lógica neoliberal tendo conosco reivindicações buscando um "modelo de educação comprometida com a formação de indivíduos críticos e conscientes do seu papel social, pautada na construção democrática e no diálogo".

Como nos diz Medina (2010, p.26) alcançaremos essa conquista através da mudança do comportamento de cada um dos sujeitos envolvidos, tanto os

responsáveis pelas instituições, quanto comunidade escolar, inclusive os professores, olhando para o particular para tentar refletir o global, numa postura de “educadores conscientes e competentes”.

Mesmo que a Educação Física já tenha um extenso corpo de conhecimentos científicos e culturais que atestam a sua validade no contexto educacional, ainda percebemos uma arbitrariedade dos governantes em sua gestão. Assim, acreditamos que existem mais elementos em meio a essa discussão que devem ser pesquisados e aprofundados, buscando uma solução para esses problemas.

REFERÊNCIAS

ABAIXO-ASSINADO. **Abaixo-assinado: A Educação Física reivindica e justifica a manutenção das 3 aulas semanais, nas séries finais do ensino fundamental.** Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2012N32573>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ALBUQUERQUE, L. R.; CORRÊA, R. L. T. Polêmicas em torno da Educação Física no Brasil: Abordagens Históricas sobre Concepções. EDUCERE VI, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-098-TC.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, R. de C. F. de S; MACEDO, R. L. de. Valoração da Educação Física: da produção acadêmica ao reconhecimento individual e social. **Revista Pensar a Prática**, Goiás, v. 2, p. 65-83, jun. 1998/1999.

BELTRAMI, D. M. Políticas Educacionais e Educação Física: a equidade na Educação Física Escolar. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.11, n.1, p.149-156, 2000.

BRACHT, V; MACHADO, T. da S; FARIA, B. de A. F. A inovação e o desenvolvimento pedagógico na Educação Física escolar: uma leitura a partir da teoria do reconhecimento social. **Motriz**, Rio Claro, v.18, n.1, p.120-129, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000100013>. Acesso em: 16 mar. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base de 1961. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 31 out. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971.** Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espacolegislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2013.

_____. **Decreto nº 69.450, de 1 de Novembro de 1971.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/115100/decreto-69450-71>>. Acesso em: 31 out. 2013.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: educação física.** Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

CARVALHO, R. S. F. de. **Legitimação da Educação Física no Âmbito Escolar e o Projeto de Ensino-Aprendizagem: Um Estudo Sobre o PIBID/UNEB.** 2012. 63 f. Monografia. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gepefelunebalagoinhas/legitimao-da-educao-fsica-no-mbito-escolar-e-o-projeto-ensino-aprendizagem-um-estudo-sobre-o-pibiduneb>>. Acesso em: 31 out. 2013.

CARVALHO, F. L. S. F. de. **O Papel da Educação Física Escolar representado por Professores e Professoras de outras disciplinas.** 2006. 137 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. Disponível em <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/fernando-seixas.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2013.

CORREIA, W. R. Educação Física Escolar: entre inquietudes e impertinências. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.26, n.1, p.171-178, jan./mar. 2012.

COSTA, A. L. A. da; PEREIRA, V. L.; PALMA, A. P. T. V. **O Papel Da Educação Física Enquanto Disciplina Escolar.** Conpef, 4, Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral12.pdf>>. Acesso em: 02 nov de 2013.

DEMO, P. **Pesquisa e Informação Qualitativa.** 4ª Ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2009.

ETCHEPARE, L. S; PEREIRA, E. F; TEIXEIRA, C. S. Educação Física, vida de currículo. **Revista DigitalEfdeportes.** Buenos Aires, ano 10, n. 87, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd87/efcur.htm> >. Acesso em 16 mar. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRON, G. R. Políticas Públicas, Educação e Neoliberalismo. **Revista da Educação PUC-Campinas**, Campinas, n.24, p. 17-26, jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/109/97>>. Acesso em: 28 maio 2014.

GUIRALDELLI Jr., P. **Educação Física Progressiva: A pedagogia Crítico-social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. São Paulo: Loyola. 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/88040993>>. Acesso em: 28 out. 2013.

JUNIOR, O. **Definida nova matriz curricular do ensino fundamental**. 2012. Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4077>>. Acesso em 20 nov. 2013.

LARAIA, R. de B. **Cultura – um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuidado do corpo... ‘e mente’**: Novas contribuições e desafios do século XVI. 25 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

MORAES, R. C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, p.13-24, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002>. Acesso em: 28 maio 2014.

NARDI, E. L. Qualidade na Educação Básica: entre significações, políticas e indicadores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.42, n.28, p. 227-250, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3808>>. Acesso em: 28 maio 2014.

NOZAKI, H. T. O mundo do Trabalho e o Reordenamento da Educação Física Brasileira. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 3-12, 1999.

OLIVEIRA, A. A. B. de et al. A Educação Física Escolar em Maringá: experiências de ensino-aprendizagem no cotidiano das aulas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.28, n.2, p. 69-83, jan. 2007.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Educação Física**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2008.

_____. **Instrução Nº 020/2012 – SEED/SUED**. Secretaria de Estado da Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao202012.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

PELEGRINO, E. Novo currículo esvazia pensamento crítico. Londrina: **Jornal de Londrina**, 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=1321800>>. Acesso em 20 nov. 2013.

SILVA, L. R. C. da et al. Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Tipos de Pesquisa. In: GERHARDT, T. G.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SCOCUGLIA, A. C. Globalizações, Política Educacional e Pedagogia Contra-hegemônica. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.48, p.35-51, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie48a01.htm>>. Acesso em: 28 maio 2014.

SOARES et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

VINOTTI, T. C. **Professores de educação física e professores alfabetizadores: Entre diálogos e saberes**. 2011. 112 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2011.

WERLE, F. O. C. Políticas de Avaliação em larga escala na Educação Básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: avaliação das Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.19,

n.73, p. 769-792, out/dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXOS

Anexo 1

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



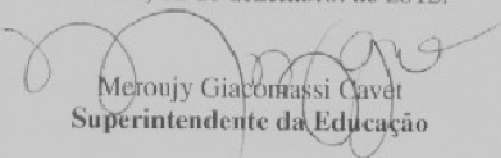
INSTRUÇÃO N° 020/2012 – SEED/SUED

Matriz Curricular para o Ensino Fundamental, anos finais, e para o Ensino Médio, da Rede Pública Estadual de Educação Básica.

A **Superintendente da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando:

- a Lei n° 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;
 - a Lei Federal n° 10793/03, que dispõem sobre a disciplina de Educação Física;
 - a Lei Federal n° 11684/09, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio;
 - a Lei Federal n° 161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola;
 - a Resolução n° 07//10 – CNE/CEB, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
 - a Resolução n° 2/2012 – CNE/CEB, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, emite
1. Matriz Curricular Referência para o Ensino Fundamental – anos finais da Rede Pública Estadual de Educação, com implantação simultânea a partir do ano de 2013.
 2. Para o Ensino Fundamental - anos finais, a Matriz Curricular contemplará 25 aulas semanais, conforme anexo I.
 3. Para o Ensino Fundamental - anos finais em Tempo Integral, a Matriz Curricular contemplará 45 aulas semanais, conforme anexo II.
 4. Para o Ensino Fundamental – anos finais, nas Escolas Estaduais Indígenas, a Matriz Curricular contemplará 25 aulas semanais, conforme anexo III.
 5. Para o Ensino Médio a Matriz Curricular respeitará a Instrução n° 021/2010-SUED/SEED.
 6. Para o Ensino Médio, nos Colégios Estaduais Indígenas, a Matriz Curricular respeitará a Instrução n° 021/2010 – SUEd/SEED e a Instrução n° 006/2012 – SEED/SUED.
 7. Casos omissos serão resolvidos pela Superintendência da Educação.

Curitiba, 12 de dezembro, de 2012.


Meroujy Giacomassi Cavet
Superintendente da Educação